

17.dezembro.2013 – 12h00

**RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA**

**Entidade:** Investigadoras Quirina Ferreira, Mónica Afonso, Ana Delicado e Rita Salgueiro

**Recebidos por:** Deputados Elza Pais (PS), Maria José Castelo Branco (PSD) e Rita Rato (PCP)

**Assunto:** Irregularidades na avaliação e divulgação dos resultados do Concurso Investigador FCT 2013.

**Exposição:** As investigadoras agradeceram a concessão da audiência e transmitiram que pertencem à [Plataforma em Defesa da Ciência e do Emprego Científico em Portugal](#), uma organização independente e apartidária, criada em reunião geral de investigadores, professores universitários e bolseiros, no dia 9 de dezembro de 2013, na sequência de discussões informais sobre o rumo da investigação científica e do emprego científico em Portugal.

Apresentaram, de seguida, as suas preocupações relativamente à forma de avaliação e divulgação dos resultados do Concurso Investigador FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) 2013, considerando que foi pautado por irregularidades e pela ausência dos mais elementares direitos democráticos, sendo que os candidatos não foram tratados de forma equitativa.

Das irregularidades identificadas, destacaram as seguintes:

- A maioria dos candidatos, com currículos de excelência, viu os seus projetos impedidos de serem analisados pelo júri internacional, devido a um processo de seleção interno arbitrário e do qual se desconhecem os critérios científicos;
- Os candidatos eliminados desconhecem quem foi o júri e se o seu currículo os habilita a decidir sobre as suas vidas e os resultados foram comunicados sem que os candidatos conhecessem a ata ou ordem de colocação;
- Os candidatos, não tiveram, na sua maioria, acesso aos relatórios completos da avaliação elaborados pelos “avaliadores externos” e/ou pelos painéis internacionais;
- Em muitos casos, a avaliação disponibilizada aos investigadores não indicia que tenha sido feita uma avaliação detalhada dos seus currículos e projetos. Em vários casos ainda, o resumo da avaliação recebido revela que os avaliadores não têm conhecimentos na área científica dos candidatos.

Referiram ainda que se verifica uma contínua precariedade do trabalho científico, que se reflete na abertura exígua de vagas em concursos, o que aumenta a carga horária sobre os que estão a trabalhar, conduz ao desemprego cíclico e a salários cada vez mais baixos e à emigração ou à impossibilidade de retorno ao país de uma geração inteira, altamente qualificada, de investigadores.

Acrescentaram que mais de 1000 doutorados foram eliminados no Concurso FCT Investigador 2013, num processo que pode configurar, para muitos, um despedimento *de facto*, sendo que vários projetos de investigação (financiados) ficarão a meio do caminho originalmente traçado.

As investigadoras referiram-se, por último, às várias diligências tomadas, na sequência da comunicação dos resultados de avaliação do Concurso, tendo reunido, naquele mesmo dia, com o presidente da FCT.

As investigadoras entregaram duas moções, uma referente às irregularidades detetadas no Concurso Investigador FCT 2013 e a segunda em Defesa do Emprego Científico, que podem ser consultadas na [página da Comissão, na Internet](#).

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) agradeceu a exposição e colocou algumas questões, nomeadamente sobre a não verificação da elegibilidade dos candidatos e sobre a resposta do presidente da FCT às questões e dúvidas colocadas pela Plataforma.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) agradeceu a exposição e considerou que o Concurso deve ser impugnado, tendo em conta a falta de transparência e de equidade de todo o processo, que coloca em causa a vida de muitos investigadores. Referiu-se ao requerimento apresentado pelo PCP, para a audição da Secretária de Estado da Ciência sobre esta matéria, entendendo que o Governo deve ser responsabilizado. Fez ainda alusão à desvalorização do trabalho científico e tecnológico em Portugal, considerando fundamental a abertura de concursos nas instituições de acolhimento, para a integração, nos quadros, dos profissionais altamente qualificados. Por último, questionou sobre a solução defendida pela Plataforma relativamente a este Concurso.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) considerou que foi violado o princípio da igualdade de tratamento em concursos públicos e perguntou ainda se têm informação de que existiram avaliadores a avaliar em causa própria e se houve conflitos de interesses que não foram acautelados.

As investigadoras esclareceram que só depois dos resultados divulgados é que iria ser verificada a elegibilidade dos candidatos. Referiram ainda que não estava prevista a pré-seleção dos candidatos, sendo que esta avaliação determinou a forma de atuação do painel externo. Reafirmaram que existem linhas de investigação que vão ser interrompidas em algumas instituições e que muitos projetos já aprovados não vão ter continuidade, o que configura uma falta de estratégia para esta área.

Pronunciaram-se ainda relativamente ao concurso do ano anterior, afirmando que decorreu de uma forma mais aberta e transparente. Referiram, por outro lado, que a apreciação dos processos de 1000 candidatos teve uma duração de 7 meses, enquanto que a apreciação das 1500 candidaturas do presente ano decorreu em dois meses e meio. Sublinharam ainda que se reconhece que alguns avaliadores não tinham competência científica específica em determinadas áreas.

Concluíram, afirmando que a possibilidade de impugnação do Concurso está em cima da mesa, sendo que a Plataforma vai reunir para decidir se avança para uma ação judicial.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 17 de dezembro de 2013

A assessora  
*Cristina Tavares*